



DICOTOMIA ENTRE CAPITALISMO E MEIO AMBIENTE: a insustentabilidade da sustentabilidade

SANTOS, Felipe Alan Souza¹; RODRIGUES, Jovenildo Cardoso²

RESUMO

Com o crescimento da sociedade de consumo, o ritmo das atividades econômicas tornou-se muito mais intenso, o que fez crescer, de modo indiscriminado, a interferência do ser humano sobre a natureza. Para muitos estudiosos, o modelo de desenvolvimento capitalista, baseado em inovações tecnológicas, na busca do lucro e do aumento dos níveis de consumo, precisa ser substituído por outro, que leve em consideração os limites suportáveis da natureza e da própria vida. Objetivou-se, neste artigo, compreender a discussão da geografia para o entendimento da dicotomia entre o desenvolvimento produtivo capitalista e a sustentabilidade. A metodologia deste trabalho está baseada em análise de textos de geógrafos que trabalham o processo de industrialização e as premissas da sustentabilidade. As conclusões derivadas dessa análise teórica demonstraram que a sustentabilidade é inviável no sistema capitalista de produção, que segrega, dilapida e diminui a qualidade de vida de grande parte da população e dos recursos naturais existentes em nosso planeta.

Palavras-chave: Capitalismo; sustentabilidade; geografia.

DICHOTOMY BETWEEN CAPITALISM AND THE ENVIRONMENT: THE SUSTAINABILITY'S SUSTAINABILITY

RESUMEM

Con el crecimiento de la sociedad de consumo, el ritmo de las actividades económicas se ha vuelto mucho más intenso, lo que ha aumentado la interferencia de los seres humanos sobre la naturaleza. Para muchos estudiosos, el modelo de desarrollo capitalista, basado en las innovaciones tecnológicas, en la búsqueda de la ganancia y el aumento de los niveles de consumo, necesita ser reemplazado por otro que tenga en cuenta los límites soportables de la naturaleza y la vida misma. El objetivo de este artículo fue comprender la discusión de la geografía para comprender la dicotomía entre desarrollo produtivo capitalista y sostenibilidad. La metodología de este trabajo se basa en el análisis de textos de geógrafos que trabajan sobre el proceso de industrialización y las premisas de la sostenibilidad. Las conclusiones derivadas de este análisis teórico demostraron que la sustentabilidad no es viable en el sistema capitalista de producción, que segrega, diluye y disminuye la calidad de vida de gran parte de la población y de los recursos naturales existentes en nuestro planeta.

Palabras clave: Capitalismo; sostenibilidad; geografia.

¹ Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGEO/UFGA), participante do Laboratório de Estudo e Pesquisa sobre Habitação e Moradia (LAHAM). E-mail: felipesantosprof@hotmail.com. ORCID: <http://orcid.org/0000-00024931-2481>.

² Professor do Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGEO/UFGA), líder do Laboratório de Estudos e Pesquisas sobre Habitação e Moradia (LAHAM). E-mail: jovengeo@yahoo.com.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5650-1168>.

1. INTRODUÇÃO

O planeta vivencia um período de constantes transformações no que se refere ao meio ambiente e ao modo como o homem avalia e atua em relação a seu habitat. A mídia volta suas atenções para a ação dos seres humanos relativas à natureza, destacando a ocorrência de incêndios florestais, o aumento do desmatamento e as alterações climáticas, como o efeito estufa e o aumento do buraco da camada de ozônio, problemática oriunda das ações antrópicas desenfreadas. As paisagens naturais estão sendo modificadas com as intervenções dos seres humanos, deixando de ser naturais e passando a ser culturais, isto é, moldadas para atenderem aos ideais produtivos de cada sociedade (VESENTINI, 2010, p. 192).

O conhecimento científico vem disponibilizando saberes para que a sociedade mitigue tais problemas. Novas técnicas são criadas, como a instalação de filtros em chaminés de fábricas e a dessalinização das águas, porém, a cada dia, novos problemas aparecem, como o aquecimento global, o desmatamento, o alto consumo de produtos não necessários, como exemplo, a compra de óculos de mergulho por um indivíduo que não mergulha. Essas são características predominantes nas sociedades ocidentais, que são direcionadas por um sistema econômico que prega a multiplicação do capital e a crescente exploração dos recursos naturais (BOLIGIAN, 2009).

Este artigo tem como objetivo abordar a discussão da geografia para o entendimento da dicotomia entre o desenvolvimento produtivo capitalista e a sustentabilidade. Metodologicamente, foi utilizado o método de gabinete, através de uma leitura reflexiva de estudos que trazem, em seu contexto, uma reflexão sobre o pensar a sustentabilidade e seus embates frontais com o sistema capitalista de produção.

Como ciência do espaço, a geografia permite uma discussão valiosa sobre esses embates que, historicamente, vêm desconstruindo a relação homem e natureza e cegando a população em massa no que se refere ao processo de dominação do homem pelo próprio homem. Dessa forma, promulga-se uma relação teórica e sensível entre capitalismo e educação ambiental e sua exponencial ajuda para a busca de uma equidade social, política e ambiental planetária. Essa visão crítica que o conhecimento geográfico possui possibilita entender as questões presentes na contemporaneidade e buscar soluções para a geração futura.

As sociedades atuais devem ser esclarecidas e não acríicas. O saber geográfico e a sua aptidão para uma sensibilização socioambiental de Educação Ambiental devem ser entendidos como uma garantia de manutenção da vida no planeta, fazendo com que a geração atual possa viver um bem-estar maior, além de se preocupar com o das futuras gerações. Por isso, a educação geográfica para o ambiente

deve ser praticada de fato por toda a sociedade, principalmente nas sociedades ocidentais, que exercem o capitalismo em toda sua esfera econômica.

Detectou-se, no material analisado, que pensar a sustentabilidade em meio ao exercício pleno do capitalismo é inviável, pois, enquanto a primeira pretende um uso equilibrado dos meios de produção, uma equidade de acesso aos bens sociais e a diminuição da pobreza, o segundo usa a vulnerabilidade social, os recursos naturais e o trabalho precário de renda para fortalecer sua lucratividade. Conclui-se, portanto que pensar a sustentabilidade em uma sociedade capitalista é indefinidamente insustentável.

2. O CAPITALISMO E A APROPRIAÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS: DESCAMINHOS PARA A SUSTENTABILIDADE

(...) não se trata apenas de denunciar as distorções e falsidades do pensamento neoliberal, tarefa de uma crítica tradicional da ideologia, mas de identificar e tornar visível o processo pelo qual o discurso neoliberal produz e cria uma “realidade” que acaba por tornar impossível pensar e nominar uma outra “realidade” (GUIMARAES, 2000, p. 49 *apud* SILVA, 1995, p. 16).

Para iniciar o diálogo, é necessário refletir sobre a obra de Carlos Walter Porto-Gonçalves, intitulada *A globalização da natureza e a natureza da globalização* (2006), visto que o presente artigo busca desenvolver uma abordagem mais relativa às feições do capitalismo industrial frente aos pressupostos teóricos da sustentabilidade. Logo, permite uma compreensão de que a necessidade da ampliação do desenvolvimento de atividades comerciais nega a possibilidade de uma efetivação da prática da sustentabilidade pelas empresas e pelas políticas de gestão e governança ambiental dos países.

O capitalismo consolidou-se como um forte sistema econômico e político durante a Revolução Industrial, que teve seu apogeu na Inglaterra, França e Alemanha, nos séculos XVIII e XIX (PORTO-GONÇALVES, 2006). A partir de então, o desenvolvimento do capitalismo foi acompanhado pela utilização cada vez maior de recursos da natureza e do aprimoramento técnico, que fez emergir as máquinas, e essas passaram a substituir o trabalho humano. A máquina do sistema capitalista é movida pela busca incessante da lucratividade. E, para conquistá-la, pratica um processo de subordinação econômica desleal, principalmente em países subdesenvolvidos (HARVEY, 2006). Essa prática de subordinação acaba efetivando, nos países subdesenvolvidos ou nos que apresentam um Produto Interno Bruto (PIB) deficitário, a condição de praticarem a atividade agroexportadora e um parque industrial obsoleto.

Durante todo esse período, o capitalismo evoluiu gradativamente, passando por diferentes fases e se tornando o sistema político-econômico praticado pela maioria dos países do mundo, principalmente no ocidente, que passaram a adotar uma economia de mercado. Nações como Estados Unidos da América e vários países da Europa passaram a ser zonas polarizadas, áreas que definem o perfil produtivo no comércio internacional e as commodities que serão produzidas pelos países agrícolas ou agroindustriais.

Pela indústria de transformação que a dinâmica do desenvolvimento capitalista se estabelece, produzindo encadeamento inter e intrasetoriais e reproduzindo novas esferas econômicas de acumulação por meio do progresso técnico. Assim, o processo de industrialização subordina o trabalho à dominância dos meios de produção (POCHMANN, 2016, p. 24).

Dentre algumas características desse sistema político e econômico, é interessante destacar a conhecida economia de mercado, pela qual a produção é dirigida ao comércio e o seu preço é regulado pela lei da oferta e da procura. Assim, o comércio e o consumo são peças fundamentais para o capitalismo. Por isso, em todo o mundo, ocorre a crescente necessidade de extração e, como resultado, a destruição dos recursos para satisfazer um crescente mercado consumidor (BOLLIGIAN, 2009; HARVEY, 2006).

Na livre concorrência, os preços dos bens e serviços são definidos em função do maior lucro. Nessa esfera, as empresas fazem competição por um número maior de consumidores para os seus variados tipos de produtos e serviços. Outra característica do capitalismo é o predomínio da propriedade privada, já que os meios de produção são de propriedade daquele que possui o capital e, assim, qualquer indivíduo é livre para comprar empresas, terras ou abrir um negócio, apenas lhe basta possuir os meios de produção e o capital.

O último ponto a ser levantado sobre o sistema capitalista é a divisão em classes da sociedade. Existem basicamente duas classes: os burgueses, donos do capital e dos meios de produção, e os proletários, que submetem a sua força de trabalho para enriquecerem o dono do capital. Essa dinâmica contraditória de acesso ao capital é que faz existir uma dicotomia espacial, ou seja, uma segregação da maior parte da população que não tem acesso às riquezas geradas através do seu trabalho e da apropriação dos recursos da natureza (PORTO-GONÇALVES, 2006).

Isto faz com que ocorra uma nítida separação da maioria da população nos setores: econômico, cultural, político e social, vivendo, muitas das vezes, abaixo no índice da pobreza, com menos de um dólar ao dia (VESENTINI, 2010). O modo como o capitalismo se organiza e se desenvolve tem sido apontado como a principal causa dos grandes dilemas na atualidade, ou seja, esse sistema não tem sido

capaz de assegurar uma convivência harmoniosa entre os seres humanos e destes com a natureza (CAVALCANTE, 1999).

Para esse modelo societal, o meio ambiente e o ser humano são concebidos de modo dicotômico. Historicamente, o ser humano inserido nesse modelo societário sente-se separado, não integrante ao ambiente natural. Percebe esse ambiente como suporte para o desenvolvimento a partir de uma visão servil, utilitarista e consumista, de dominação totalitária da natureza, potencializando uma desnaturalização da humanidade. Rompe assim as relações de equilíbrio entre seres humanos em sociedade e o meio ambiente (GUIMARÃES, 2000, p. 25).

Nessa perspectiva, muitos estudiosos, além de Porto-Gonçalves (2006), como Enrique Leff (2005), José Aroudo Mota (2001), Diegues (1996), Maria Lúcia Azevedo Leonardi (2002), Harvey (2006), entre outros, afirmam que a profunda crise pela qual o mundo de hoje passa é gerada pelo próprio sistema capitalista, pois a natureza e os seus diversos recursos naturais são, para o sistema capitalista, recursos a serem explorados para a geração de lucro e capital. Logo, negam a necessidade de um uso sustentável e de uma diminuição do consumo em prol da diminuição da degradação ambiental experimentada pelo planeta Terra. Essa crise ambiental, segundo Leff (2005), atinge as mais variadas dimensões da vida, desde aquelas relacionadas aos valores e à dignidade humana até aquelas que dizem respeito à natureza e à preservação do meio natural.

Vê-se, portanto, que o processo de globalização traz em si mesmo a globalização da exploração da natureza com proveitos e rejeitos distribuídos desigualmente. Vê-se, também, que junto com o processo de globalização há, ao mesmo tempo, a dominação da natureza e a dominação de alguns homens sobre outros homens, da cultura européia sobre outras culturas e povos, e dos homens sobre as mulheres por todo o lado (PORTO-GONÇALVES, 2006, p. 25).

Com o crescimento da sociedade de consumo, o ritmo das atividades econômicas tornou-se muito mais intenso, o que aumentou, de modo indiscriminado, a interferência do ser humano sobre a natureza. Para atender a um grande mercado, é necessária uma superprodução e, por conseguinte, uma grande quantidade de recursos naturais. Desse modo, o sistema capitalista é antagônico ao sistema sustentável (BOLIGIAN, 2009; MENDONÇA, 2003 e VESENTINI, 2010; PELICIONE, 2002 SANTOS, 2011).

A natureza passou a ser vista apenas como fonte de matérias-primas. Nesse sentido, é interessante ligar esse aspecto ao que descreve José Aroudo Mota (2001) sobre a natureza do valor e o valor da natureza, o que deflagrou um intenso processo de degradação. Esse distanciamento entre os seres humanos enquanto sociedade e o meio natural produz e reproduz a degradação da relação sistêmica dos

mesmos, pois a natureza passa a ter um valor econômico (valor da natureza) e não uma valoração de pertencimento, de respeito e da vida (SANTOS, 2011).

Ao reduzir a relação humana com a natureza puramente a termos de posse individual, o capitalismo, a prazo, representa não tanto um desenvolvimento frutífero das necessidades humanas e poderes no domínio da natureza, mas cada vez mais a alienação da natureza relativamente à sociedade em ordem a fomentar uma relação unilateral com o mundo (FOSTER, 2002, p. 31-32).

O desenvolvimento material da industrialização experimentou um crescimento potencial da população como das emissões de gás carbônico. A sociedade urbana-industrial passou, portanto, a sustentar a dimensão ligada à *economia de alto carbono e o consumo crescente degradante do meio ambiente* (POCHMANN, 2016, p. 22).

A exploração desenfreada da natureza alcançou níveis sem precedentes em toda a história, ocasionando profundas mudanças nas paisagens terrestres. As florestas e matas são devastadas para cederem lugar às lavouras e pastagens ou para a retirada de madeira, levando um grande número de seres vivos à beira da extinção, causando modificações em ecossistemas naturais ou mesmo nas esferas culturais, como nas próprias cidades urbanizadas (BOLIGIAN, 2009, PELICIONE, 2002).

Todas as pessoas em todos os lugares devem entender a importância da perda da biodiversidade, não apenas em florestas tropicais, zonas costeiras e outras regiões do mundo climaticamente definidas, mas também em regiões demograficamente delineadas, tais como áreas urbanizadas (CAVALCANTE, 1999, p. 34).

O aumento de todos esses problemas pode comprometer a manutenção da vida no planeta (MENDONÇA, 2003). Para muitos estudiosos, o modelo de desenvolvimento capitalista, baseado em inovações tecnológicas, na busca do lucro e no aumento dos níveis de consumo, precisa ser substituído por outro, que leve em consideração os limites suportáveis da natureza e da própria vida. Como o principal objetivo da economia capitalista é a obtenção de lucro, os interesses estão voltados para uma produção cada vez maior e mais rápida, o que tem levado a uma dilapidação crescente dos recursos naturais existentes em nosso planeta.

A degradação ambiental atingiu níveis tão alarmantes que já ameaça o funcionamento da própria biosfera que sustenta a vida no planeta, emergindo, com esses problemas, a necessidade de se pensar em um equilíbrio sustentável, tanto para o crescimento humano, como para com o equilíbrio da esfera natural (LEFF, 2005; SANTOS, 2012).

Essa problemática ambiental fez com que crescesse a necessidade de uma política pública ambiental. Para José Aroudo Mota (2001), política pública é uma área relativamente nova da Ciência Política. Seu desenvolvimento teve início com o reconhecimento de que as políticas adotadas até então comprometiam o bem-estar das sociedades e da natureza.

Para Mota (2001), uma política pública ambiental é uma tomada de decisão sobre a gestão dos recursos naturais, combinando ações e compromissos em que estão envolvidos a sociedade em geral e os poderes legalmente constituídos. Então, se faz necessário planejar e efetivar políticas que levem em conta a sustentabilidade das sociedades e de suas relações com o meio ambiente, que permitam a sociedade compreender e buscar a conservação da vida em nosso planeta, sabendo-se que também essa sociedade é integrante da biosfera terrestre. Uma prática que promove essa mudança de atitude sobre o meio ambiente é a Educação Ambiental (LEONARDI, 2002; GUIMARÃES, 2000, CAVALCANTE, 1999).

Portanto, constata-se que o imperativo econômico diverge da ideia de sustentabilidade, uma vez que, para o crescimento do capitalismo, sempre será necessária a extração desordenada de recursos naturais e a apropriação de mão de obra humana barata e, em muitos casos, desqualificada. O que se deve buscar são ações amenizadoras de retirada desses recursos pelas diversas sociedades.

Essa mudança deve ser almejada pela possibilidade da mudança comportamental que pode ser alcançada pela Educação Ambiental. Ao preconizar uma nova relação homem, sociedade e natureza, baseada em valores de racionalidade social, que busquem a paz, a não violência, a justiça social e a solidariedade, a humanidade cria um novo estilo de vida e de produção. Dessa forma, fomenta-se um caminho para o tão sonhado desenvolvimento harmônico do presente com as gerações futuras, denominado sustentabilidade (SANTOS, 2011, PELICIONI, 2002).

Essa educação deve se preocupar em embasar, com conhecimentos da educação ambiental, todos os indivíduos da sociedade para que estes possam agir de forma crítica no meio em que vivem (LEONARDI, 2002). O homem do passado, por conhecer o antigo, encarregou-se de preparar o presente, assim como o homem do presente, por conhecer e criticar o do passado, fica encarregado de buscar o melhor caminho a ser trilhado para o direcionamento ético da relação homem e natureza nas sociedades futuras.

3. SABERES GEOGRÁFICOS E EDUCAÇÃO AMBIENTAL: PERSPECTIVA NORTEADORA PARA A PRÁXIS DA SUSTENTABILIDADE

Segundo o relatório Nosso Futuro Comum (1987), o desenvolvimento sustentável é um novo tipo de desenvolvimento, capaz de manter o progresso humano não apenas em alguns lugares e por alguns anos, mas em todo o planeta, em um futuro longínquo. Esse desenvolvimento atende às

necessidades do presente sem comprometer a capacidade de as gerações futuras atenderem a suas próprias necessidades com a sustentabilidade.

Considerando que o conceito de desenvolvimento sustentável sugere um legado permanente de uma geração a outra, para que todas possam prover suas necessidades, a sustentabilidade, ou seja, a qualidade daquilo que é sustentável, passa a incorporar o significado de manutenção e conservação dos recursos naturais (BARBIERI, 2008, p. 37).

O significado do termo desenvolvimento, muitas das vezes, é tido como sinônimo de crescimento, mas é importante enfatizar que o crescimento se refere a incremento quantitativo fortemente ligado a valores e a crescimento econômico, com a crescente exploração de recursos naturais, divergindo do enfoque que propõe o desenvolvimento sustentável.

Já o termo desenvolvimento sustentável, enquanto relação de equilíbrio quanto ao uso dos recursos pelos homens, implica uma melhoria qualitativa no uso do meio ambiente, ou seja, uma relação racional de uso pela sociedade dos recursos providos pelo meio natural. Sugere ainda uma evolução nas relações sociais em busca de melhor qualidade de vida. Busca a harmonia na relação homem e natureza. Assim sendo, o objetivo desse desenvolvimento dito sustentável seria caminhar na direção de um desenvolvimento que integrasse os interesses sociais e econômicos e as possibilidades de respeito aos limites da natureza (CAMARGO, 2003).

Para Antunes (2001), esse objetivo somente irá vigorar através da efetiva discussão e prática da educação ambiental, daquela que conduza, de forma crítica e ativa, conhecimentos sólidos para os educandos e que faça crescer neles o desejo de se modificarem enquanto cidadãos que compreendam o valor da natureza para nossa sociedade.

A Educação Ambiental apresenta-se como uma dimensão do processo educativo voltada para a participação de seus atores, educandos e educadores, na construção de um novo paradigma, que busque a compreensão e a solução dos dilemas populares, aspirando por uma melhor qualidade de vida, tanto na esfera econômica, quanto nas esferas ambiental e social (CAVALCANTE, 1999).

Para Barbieri, quatro objetivos principais devem ser levados em conta para a prática de Educação Ambiental. Essa educação deve promover uma abordagem dinâmica, interativa e multissetorial do manejo dos recursos, possibilitando o uso racional dos mesmos, que devem ser analisados observando-se as necessidades de cada comunidade (2008, p. 119).

Assim a Educação Ambiental é fundamental para a integração entre o homem e o meio ambiente e para a efetivação de uma relação harmoniosa e consciente no uso dos recursos da natureza, sem esgotá-la. Essa educação para lidar com o meio ambiente possibilita, através do incremento de novos

conhecimentos, valores e ações, a inserção dos educandos e dos educadores no processo de contenção da atual crise ambiental pela qual o nosso planeta está passando (GUIMARÃES, 1995; LEFF, 2005, SANTOS, 2012).

4. CONCLUSÃO

Diante do que foi exposto, podemos afirmar que a sociedade contemporânea precisa de uma nova direção política, econômica, social e cultural para se chegar a uma sustentabilidade. A mesma deve se engajar na busca de novos modelos de relação sociedade e natureza, diferentes do capitalismo, que segrega e ameaça a autorregulação natural do nosso planeta. Desse modo, a ciência geográfica traz, em seu campo de pesquisa e discussões, valiosos conhecimentos que oportunizam a busca e o entendimento dos diferentes dilemas socioespaciais existentes nas sociedades do presente.

É fundamental um modelo diferente de apropriação de recursos naturais e de consumo daquele que se prega desde a Revolução Industrial, o qual é responsável pela insustentabilidade das relações homem-natureza e homem-homem. Para isso, é necessário dotar os alunos de conhecimentos sobre o enfrentamento desse processo de segregação. A junção de conteúdos da ciência geográfica e a práxis de uma Educação Ambiental pode permitir um entendimento mais crítico e atuante dos discentes.

É fundamental criar alternativas de produção e de consumo sustentáveis, que valorizem a natureza como necessária à vida de todas as espécies do planeta, inclusive a humana. Entender que somos apropriados dentro do capitalismo seria permitir a abertura de novos horizontes. Perceber que o pleno entendimento da expropriação humana acabaria permitindo um desabrochar de crítica do indivíduo, permitindo-lhe se libertar das amarras ou cegueiras impostas por esse sistema fortemente marcado pela segregação, desigualdade e passividade dos indivíduos.

O pleno conhecimento geográfico possibilita um processo de educação política e transformadora, que gera aquisição de conhecimentos e habilidades, bem como resulta na formação de atitudes que possam contribuir para uma cidadania significativa. Essa educação em prol do ambiente e da sociedade conduz à melhoria da qualidade de vida e ao equilíbrio dos ecossistemas e da relação de apropriação dos próprios seres humanos.

5. REFERÊNCIAS

- ANTUNES, C. **Como desenvolver as competências em sala de aula**. 5. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.
- ANTUNES, C. **Um método para o ensino fundamental: o projeto**. 5. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.
- BARBIERI, J. C. **Desenvolvimento e Meio Ambiente: as estratégias de mudanças da agenda 21**. 9. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.
- BOLIGIAN, L. et al. **A dinâmica dos espaços da globalização**. 3. ed. São Paulo: Atual, 2009.
- CAMARGO, A. L. B. **Desenvolvimento sustentável: dimensões e desafios**. Campinas, SP: Papirus, 2003.
- CAVALCANTI, C. **Meio ambiente, desenvolvimento sustentável e políticas públicas**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1999.
- DIEGUES, A. C. S. **O mito moderno da natureza intocada**. São Paulo: HUCITEC, 1996.
- FOSTER, J. B. **Ecology Against Capitalism**. New York: Monthly Review Press, 2002.
- GUIMARAES, M. **A dimensão ambiental na educação**. Campinas, SP: Papirus, 1995.
- GUIMARAES, M. **Educação ambiental: no consenso um embate?** 5. ed. Campinas, SP: Papirus, 2000.
- HARVEY, D. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Anablumme, 2006.
- LEFF, E. **Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade e poder**. 4. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.
- LEONARDI, M. L. **Meio ambiente, desenvolvimento sustentável e políticas públicas**. 4. ed. São Paulo: Cortez: Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 2002.
- MENDONÇA, C. et al. **Geografia geral e do Brasil**. São Paulo: Saraiva, 2003.
- MOTA, J. A. **O valor da natureza, economia e política dos recursos ambientais**. Rio de Janeiro: Garamond, 2001.
- PELICIONI, M. C. F.; PHILIPPI JUNIOR, A. **Educação Ambiental: desenvolvimento de cursos e projetos**. 2. ed. São Paulo: Signus, 2002.
- POCHMANN, M. **Capitalismo e desenvolvimento**. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2016.
- PORTO-GONÇALVES, C. W. **A globalização da natureza e a natureza da globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
- SANTOS, F. A. S. **Educação Ambiental: um caminho possível**. Porto Alegre: Redes Editora, 2011.
- SANTOS, F. A. S. **Educação, Saúde e Meio Ambiente: percepções e perspectivas**. Porto Alegre: Redes Editora, 2012.
- VESENTINI, J. W. **Geografia Crítica**. 31. ed. São Paulo: Ática, 2010.